

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.691 - GO (2019/0259196-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BASF SA  
**ADVOGADOS** : PRISCILA ORTENZI DE OLIVEIRA - SP243299  
PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS -  
GO043871  
**AGRAVADO** : CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL LARA  
**ADVOGADO** : LUIZ ANTONIO LORENA DE SOUZA FILHO - GO029698  
**INTERES.** : A ESPECIALISTA REVESTIMENTOS LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BASF SA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fls. 614-616):

*"Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer c/c restituição de importância paga. Vício na prestação de serviço. Ilegitimidade da fabricante afastada. Responsabilidade solidária entre fabricante e prestadora de serviço que comercializa o produto. (c) Responsabilidade Objetiva. Sentença mantida. I - Nos termos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de produtos e serviços respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam, recaindo a responsabilidade sobre todos aqueles que colaboraram com a oferta do serviço defeituoso independentemente de culpa. In casu, a fabricante/apelante, inseriu-se na cadeia de consumo, por ter credenciado a empresa executora do serviço/l requerida, transferindo a ela direito de representação do seu produto, o qual foi, inclusive, comercializado pela l requerida, tanto que constou no contrato firmado com o autor/ apelado a quantidade e o valor do produto da fabricante apelante. Assim, irrefutável a responsabilidade solidária entre fabricante e prestadora de serviço que comercializa o produto, afastando-se a arguição de ilegitimidade da fabricante/apelante para figurar no polo passivo da demanda. II -O fornecedor de serviços é responsável pelos danos causados ao consumidor independentemente da verificação de culpa, por se tratar de responsabilidade objetiva decorrente do risco da atividade, nos termos do CDC 14. Assim, basta a aferição do ato ilícito praticado pelo fornecedor de serviços, bem assim do dano causado ao consumidor em virtude de tal conduta, para que*

*reste configurada a obrigação de indenizar. In casu, as provas produzidas nos autos demonstram a ocorrência do defeito na impermeabilização do estacionamento do condomínio/apelado e o nexo de causalidade entre a prestação de serviço e o dano/defeito, configurando o dever de reparar. III - Levando-se em consideração o o trabalho adicional realizado em grau recursal, majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015. Apelação conhecida e desprovida."*

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 626-633.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 373, 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015, além dos arts. 12, § 3º, III, e 18 do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em síntese, que: a) não possui legitimidade passiva para a demanda; b) não há que se falar em responsabilidade solidária; e c) houve culpa exclusiva da segunda demandada.

Contrarrazões às fls. 681-704.

É o relatório. Decido.

Cumpra observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 373 e 485, VI, do CPC/2015, além do art. 18 do CDC, a recorrente sustenta que não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que restou comprovado que a empresa "A Especialista Revestimentos LTDA não é credenciada da BASF, ora recorrente, afastando, assim, sua responsabilidade pela má prestação do serviço. Por sua vez, o TJ-GO, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 610-611):

*"De início, observo que, para a analisar a preliminar de ilegitimidade passiva da apelante, necessário perquirir antes se as requeridas possuem responsabilidade solidária.*

*Da análise dos documentos juntados aos*

autos (evento n. 1, arquivos n<sup>5</sup>s. 05/06) observa-se que a 1<sup>ª</sup> requerida A Especialista Revestimentos Ltda ME, revel, divulga nos meios de comunicação digital que é uma empresa que atua no ramo de impermeabilização residencial, predial e comercial credenciada pela 2<sup>ª</sup> requerida BASF S/A, aqui apelante, para aplicação do sistema Sonoguard-Basf à base de Potiuretano, altamente indicado para lajes e coberturas e estacionamentos sujeitos a tráfego leve. pesado e extra pesado, além disso, traz na primeira página do contrato firmado entre as partes que é credenciada da BASF S/A, aqui apelante.

Nota-se pela publicidade divulgada aos consumidores um respaldo comercial da empresa contratada/1<sup>ª</sup> requerida, revel, por ser cadastrada e autorizada a trabalhar com a marca da 2<sup>a</sup> requerida, aqui apelante. o que, certamente, induziu o consumidor a contratá-la na certeza de que solucionaria seu problema.

Na cláusula 8<sup>ª</sup> do contrato firmado entre o autor, aqui apelado, e a 1<sup>a</sup> requerida A Especialista Revestimentos Ltda ME, revel, (evento n. 01, arquivo n.05, fl. 03) consta que o produto seria faturado diretamente do fornecedor, aqui apelante, ao consumidor contratante, aqui apelado, o que, de fato, ocorreu, conforme se verifica da nota fiscal e comprovante de pagamentos anexados no evento n. 01, arquivo n. 07, demonstrando que a venda foi realizada diretamente para o autor, aqui apelado, em cadeia negociai envolvendo as duas empresas, o que contradiz com a narrativa do apelante de que inexistia proximidade entre as empresas requeridas.

**Ora, a transação comercial envolvendo o produto de impermeabilização de fabricação da empresa apelante adquire caráter contratual a vincular juridicamente o comprador/revendedor/prestador e o fabricante do produto.**

Ademais, a apelante afirma que não consentiu com a propaganda realizada pela 1<sup>ª</sup> requerida/A Especialista Revestimentos, revel, todavia, não comprovou suas alegações e as provas produzidas nos autos, especificamente o logotipo da empresa apelante no contrato e no site da 1<sup>a</sup> requerida Especialista Revestimentos, fazem prova em contrário.

**Com efeito, a pessoa jurídica credenciada pela apelante. ao oferecer o serviço com a utilização de produto por ela fabricado, como bem fundamentou o magistrado de 1<sup>º</sup> grau. "torna-se parte da relação jurídica, tratando-se de intermediária da contratação, na medida em que lhe transfere o direito de representação, sendo visível, portanto, a responsabilidade solidária pelos atos praticados pela sua credenciada."**

*No que tange à responsabilidade solidária, o Código de Defesa do Consumidor prevê no seu artigo 18 que todos os agentes que intervieram no fornecimento do produto de consumo respondem pelos vícios de qualidade ou quantidades apresentadas pelos produtos, in verbis:*

*(...)*

*Assim, não há se falar em ausência de responsabilidade da empresa fabricante do produto, aqui apelante, tendo em vista que se inseriu na cadeia de consumo por ter credenciado a empresa executora do serviço/1ª requerida, transferindo a ela o direito de representação do seu produto, o qual foi, inclusive, comercializado pela 1ª requerida, tanto que constou no contrato firmado com o autor, aqui apelado, a quantidade e o valor do produto da fabricante apelante.*

*Salienta-se que o condomínio é considerado consumidor porque representa a coletividade de proprietários das unidades imobiliárias, consoante posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 1.560.728/MG, rei. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 18.10.2016, DJe 28.10.2016).*

*(...)*

*Desta forma, rejeita-se a preliminar de ilegitimidade da apelante para figurar no polo passivo da relação processual." (grifou-se)*

Em sede de embargos de declaração, os quais integram o acórdão recorrido, o Tribunal de origem assim se manifestou (fl. 629):

*"Observa-se que no ato judicial recorrido foi reconhecida a legitimidade passiva da apelante, aqui embargante, para figurar no polo passivo da lide por reconhecer a responsabilidade solidária do fornecedor do produto pelos vícios de qualidade do produto, nos termos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, ao fundamento de que "não há se falar em ausência de responsabilidade da empresa fabricante do produto, aqui apelante, tendo em vista que se inseriu na cadeia de consumo por ter credenciado a empresa executora do serviço/1ª requerida, transferindo a ela o direito de representação do seu produto, o qual foi, inclusive, comercializado pela 1ª requerida, tanto que constou no contrato firmado com o autor, aqui apelado, a quantidade e valor do produto da fabricante apelante."*

*Assim sendo, observa-se que a questão relevante foi analisada pelo órgão jurisdicional que não necessita rebater ponto por ponto dos argumentos utilizados na defesa do*

*tema defendido pela apelante, aqui embargante." (grifou-se)*

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem, à luz do acervo fático-probatório, concluiu pela legitimidade passiva da recorrente, reconhecendo sua responsabilidade solidária pelos vícios de qualidade do produto.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas de n. 7 e 5 do STJ. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

*"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO CONTRATUAL. RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS PAGAS. LEGITIMIDADE PASSIVA DA AGRAVANTE PARA A DEMANDA POR INTEGRAR A CADEIA DE FORNECIMENTO. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, do CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Segundo a jurisprudência do STJ, "é solidária a responsabilidade de todos os fornecedores que se beneficiem da cadeia de fornecimento" (AgInt no AREsp n. 1.312.486/DF, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018).*

*2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem análise de cláusulas contratuais e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).*

*3. No caso, o Tribunal a quo assentou que a agravante integrou a cadeia fornecimento, motivo por que reconheceu sua legitimidade passiva para a demanda. Para entender de modo contrário seria imprescindível nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial.*

*4. Conforme orienta a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ, "a aplicação da multa prevista no § 4º do art.*

*1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser*

*tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada" (AgInt nos EREsp n. 1.120.356/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2016, DJe 29/8/2016).*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no REsp 1793507/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ILEGITIMIDADE DE PARTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O conhecimento do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC/1973.*

*2. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal objeto de interpretação divergente impede a exata compreensão da controvérsia e obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).*

*3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).*

*4. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação das cláusulas contratuais, reconheceu a responsabilidade solidária da recorrente e, conseqüentemente, sua legitimidade passiva ad causam. Entender de modo contrário implicaria reexame de matéria fática e interpretação do ajuste celebrado, o que é vedado em recurso especial.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no REsp 1787237/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 28/05/2019)

Melhor sorte não socorre à recorrente em relação à alegada ofensa ao art.

12, § 3º, III, do CDC, pois, conforme se verifica do acórdão recorrido, o Tribunal de origem concluiu que não há comprovação de excludente capaz de afastar a responsabilidade da recorrente. A título elucidativo, confira-se excerto do v. acórdão estadual (fl. 612):

*"In casu, o autor/apelado anexou à inicial (evento n. 01, arquivo n. 13) laudo de vistoria técnica elaborado pelo engenheiro civil, Márcio Rogério de Oliveira, conclusivo de que o serviço de impermeabilização prestado pela 1ª requerida apresentou defeito em razão da utilização de técnica e sistema de execução insatisfatórios, demonstrando a má prestação do serviço pela 1ª requerida, o que não foi contestado pela 2ª requerida/apelante, restando incontroverso.*

*Assim, não tendo a 2ª requerida/apelante contestado o defeito na prestação do serviço alegado pelo autor/apelado ou apresentado excludente de responsabilidade capaz de afastar a responsabilidade das requeridas e, por outro lado, comprovado nos autos a ocorrência do dano e o nexo de causalidade entre a sua existência e a falha na prestação de serviços, escoreita a sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar as requeridas, solidariamente, na reexecução dos serviços contratados e no ressarcimento do valor relativo à sobra do produto adquirido sob orientação da 1ª requerida, a ser comprovado em fase de liquidação de sentença.*

*Ao teor do exposto, conheço da apelação cível interposta, porém, nego-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença recorrida." (grifou-se)*

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de inteligência, confira-se:

**PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRANQUEADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.**

(...)

**2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).**

**3. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 1090404/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 28/03/2019)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*(...)*

*3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator